



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 80
Processo nº	Rubrica: [Assinatura]

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021



Pregão Presencial nº 033/2021



Processo nº. 2021.204.000293-7-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 – Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº 033/2021 para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 13 de janeiro de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII



1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para fornecer processo de conectividade integrada entre órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Campos do Goytacazes, incluindo manutenção corretiva/preventiva/preditiva do anel de fibra ótica, e sua expansão projetada, além de fornecimento de links principal e redundantes, com disponibilização de range de endereçamentos IPv4 para alocação a serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão

atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 84
Processo nº	Subs.: 123
Processo nº 2021.204.000293-7-PR	

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, esta com firma reconhecida, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

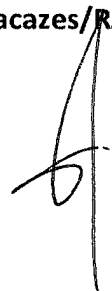
5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 85
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 86
Processo Nº	Autoriza: [assinatura]
Recursos Humanos	

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame.

Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. -Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;



7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

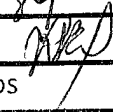
7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

Comissão Permanente Licitação	Fis.: 89
	Rubrica: 
Processo Nº	

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço global**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.



7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

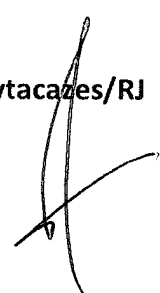
8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.



8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo subitem 7.19.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 94
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

RLP = Realizável à Longo Prazo;

ELP = Exigível à Longo Prazo;

ET = Exigível Total;

AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente apresentado pela empresa.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

Comissão Permanente Licitação	Fls.: 95
	Rubrica: RRP

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - A licitante deverá atender as exigências elencadas no item 8 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e CIDAC.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 96
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]
Recursos Humanos	

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no serviço objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelos códigos 04122009522710000 relativos ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 339039 e Fonte: 0133.


12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela SMARH.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 98
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço de acordo com especificações do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

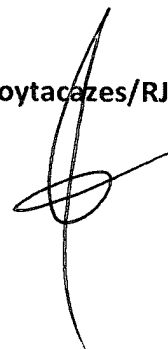
13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **SMARH** para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

13.2 - A(s) Contratada(s) deverá(ão), conforme previsto no subitem 23.1 do Termo de Referência, deverá prestar garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para o objeto da presente licitação, podendo optar por uma das modalidades listadas abaixo:

seguro-garantia;
dinheiro;
título da dívida pública;
fiança bancária.

13.2.1- No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.2.2- No caso de garantia em dinheiro, esta deverá ser depositada em conta a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda e o comprovante de depósito deverá ser apresentado na Tesouraria da Secretaria, onde será entregue a Guia de Recolhimento de Receitas Diversas.



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 99
Subscrição	MEP
Recebo	

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 1.396.110,00 (um milhão trezentos e noventa e seis mil e cento e dez reais).**

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, CNPJ nº 29.116.894/0001-61

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da SMARH, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

16.6- Caso a **SMARH** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **SMARH** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



Comissão Permanente de Licitação	Nº:	101
Assinatura:	[Assinatura]	
Processo nº	2021.204.000293-7-PR	

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

- 18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.
- 18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.
- 18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.
- 18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.
- 18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 16 de dezembro de 2021.

WAINER TEIXEIRA DE CASTRO
- Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos -



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 102
Processo Nº	Rubrica

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

Anexo I - Proposta Comercial

Contratação de empresa especializada para fornecer processo de conectividade integrada entre órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, incluindo manutenção corretiva/preventiva/preditiva do anel de fibra ótica, e sua expansão projetada, além de fornecimento de links principal e redundantes, com disponibilização de range de endereços IPv4 para alocação a serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1 Link de Internet dedicado síncrono 500 Mb	MÊS	12		
2	1 Link de Internet dedicado síncrono 200 Mb	MÊS	12		
3	7 Link de Internet dedicado síncrono 100 Mb, para redundância	MÊS	12		
4	256 Endereços de Rede IPv4 válida - /24	MÊS	12		
5	08 Endereços de Rede IPv4 válida - /29	MÊS	12		
6	08 Endereços de Rede IPv4 válidos - Redundâncias	MÊS	12		
7	Expansão de 18 quilômetros de novo segmento do anel de Fibra óptica e conexão	Km	18		
8	Manutenção do segmento do anel de Fibra óptica e conexão (32Km + 18Km de expansão) *	MÊS	12		
9	Manutenção de 46 pontos de acesso a anel de Fibra Óptica	MÊS	12		
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS:					
VALOR POR EXTENSO:					

(*) Neste item a coluna valor unitário deverá considerar a previsão dos 50 Km/mês (32 km existentes + 18 Km de expansão). Os valores a serem pagos por ocasião da execução do objeto, levarão em conta a efetiva medição dos serviços por Km.

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 13
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 103
Processo Nº	Rubrica MAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 033/2021

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 033/2021, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o serviço.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº. 033/2021, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2021.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 104
Processo nº	Rubrica: MJP

Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 29.116.894/0001-61, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Ilustríssimo Senhor **WAINER TEIXEIRA DE CASTRO**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 033/2021**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2021.204.000293-7-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para fornecer processo de conectividade integrada entre órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, incluindo manutenção corretiva/preventiva/preditiva do anel de fibra ótica, e sua expansão projetada, além de fornecimento de links principal e redundantes, com disponibilização de range de endereçamentos IPv4 para alocação a



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 105
Processo nº	Rubrica: [assinatura]

serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2021.204.000293-7-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 033/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a **CONTRATADA**:



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 106
Processo nº	2021.204.000293-7-PR
Assinatura	[Assinatura]

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste CONTRATO;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 107
de	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	[assinatura]
Recursos Humanos	

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 04122009522710000 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável pelo período de 12 meses.

Parágrafo Primeiro: Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 108
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]
Recursos Humanos	

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação do serviço sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Nº: 109
Processo	RMP

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

O prazo para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação na modalidade Pregão nº 033/2021, a **CONTRATADA** está prestando (ou prestará) garantia em _____, no valor de R\$ _____, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a empresa afiançada e o **CONTRATANTE**, através deste instrumento contratual, conforme documento emitido pela _____, em _____ de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 033/2021, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2021.204.000293-7-PR.

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ, 30
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



PREFEITURA DE

CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 10
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

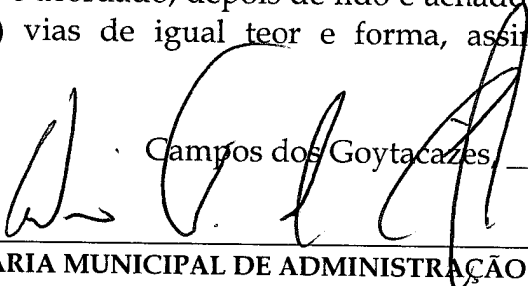
Processo nº 2021.204.000293-7-PR

Data: 16/12/2021

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

 Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2021.

Contratante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Contratada: _____

Testemunhas: _____



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 111
Processo Nº	Rubrica: MKP

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº
....., a participar da Licitação instaurada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**, na modalidade **PREGÃO nº 033/2021**, supra-referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, **bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2021.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 112
Processo Nº	Rubrica: [assinatura]

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 033/2021

.....,

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 33
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br

[assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 033/2021

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa) CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 033/2021**.

Campos dos Goytacazes, de de 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 033/2021

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 114
Processo Nº	Rubrica

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 033/2021

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena
de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar**
que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e
Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei
Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e
não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei
Complementar, sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta
até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei
11.488/07.

Em de de 2021.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ 35
22 981752103 | 22 988264205 | 22 981750911 | www.campos.rj.gov.br



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

Processo nº	115
Assinatura	[Assinatura]
Rubrica	[Assinatura]
Processo nº	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 033/2021

Processo nº 2021.204.000293-7-PR
Data: 16/12/2021

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 79, de 25/04/2017 e com intuito de atender as necessidades da PMCG (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes), elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a contratação de empresa especializada a processo de conectividade integrada entre órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, incluindo manutenção corretiva/preventiva/preditiva do anel de fibra ótica e sua expansão projetada, além de fornecimento de links principal e redundantes, e disponibilização de ranger de endereçamentos IPv4 para alocação a serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, na conformidade das especificações técnicas deste Termo de Referência.

2. OBJETO

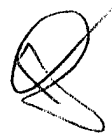
2.1. O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecer processo de conectividade integrada entre órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, incluindo manutenção corretiva/preventiva/preditiva do anel de fibra ótica, e sua expansão projetada, além de fornecimento de links principal e redundantes, com disponibilização de ranger de endereçamentos IPv4 para alocação a serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, atendendo assim necessidades da PMCG.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Infovia municipal consiste em uma infraestrutura de rede óptica de comunicações projetada para fornecer aos órgãos municipais acesso seguro e rápido tanto a sistemas/sites externos (Internet), quanto aos Internos (Intranet), sendo esta composta de um conjunto de equipamentos (hardware) e softwares que dão suporte de infraestrutura para os clientes internos da prefeitura abrangidos pela subsecretaria do CIDAC (Centro de Informações de Dados de Campos).

A mesma tem como objetivo impulsionar uma revolução na gestão pública permitindo ao gestor executivo o acesso tempestivo a informações assim como a promoção de serviços melhores ao munícipe, de forma a fomentar o processo de desenvolvimento da sociedade, levando-a a convergência de Informações rápidas, seguras além da desburocratização dos serviços públicos.

Neste momento a infovia contempla 18 pontos de bridge (Switches de Fibra) espalhando em um anel de 32 km de fibra ótica lançada, mais reserva técnica, com entidades conectadas ao anel de fibra ou utilizando conexões ponto a ponto, e se traduzindo em 181 objetos a serem monitorados entre switches, servidores, gateways, Hosts, etc. Atualmente provê Infraestrutura lógica para diversos serviços, como por exemplo, correio eletrônico, Intranet, Extranet, aplicações Web, transferência de arquivos, autenticação de usuários, integração de sistemas, dentre outros além de prover infraestrutura física e acesso à Internet para as Secretarias e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Estas soluções são tecnologias atuais para redes de transporte de dados de alta capacidade, pois possibilitam a transmissão de dados da ordem de Gigabits por segundo em um único par de fibras ópticas, entretanto fazem-se necessárias manutenções preventivas de forma sistemática e corretiva



caráter de urgência incluindo fornecimento e substituição de materiais, para evitar problemas atuais como: rompimento de cabos os quais deixam toda estrutura administrativa sem conexão a rede; má qualidade de conexão, devido alta taxa de atenuação em trechos que ocorreram folgas; equipamentos de fixação danificados devido instalação de cabos e equipamentos de operadoras de internet no mesmo poste, etc.

A partir dessa concepção e visando sanar os problemas já descritos, se faz necessário a contratação de uma solução de conectividade integrada para as unidades administrativas e órgãos da PMCG (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes), composto de uma empresa que contemple o fornecimento de link dedicado síncrono de acesso à Internet com alta disponibilidade e velocidade dedicada, atendendo assim aos órgãos e unidades administrativas, constante na Infovia Municipal, além da execução da manutenção da própria Infovia Municipal, e expansão desta, ações estas necessárias devido à alta ocorrência de manutenções corretivas, que compõe a Infovia, além de fornecimento de links principal e redundantes, e disponibilização de ranger de endereçamentos IPv4 para alocação a serviços Internos, compondo solução de conectividade integrada entre unidades administrativas, o que permitirá implementar melhorias significativas ao ambiente de produção e operacional.

4. ESTIMATIVA DE CUSTO GLOBAL E NATUREZA DAS DESPESAS

4.1. O valor global estimado para esta licitação é de R\$ 1.396.140,00, (um milhão trezentos e noventa e seis mil e cento e quarenta reais), proveniente do menor preço global apurado em pesquisa de mercado.

4.2. As despesas em decorrência do objeto desta licitação ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 04.122.0095.2271.0000 e Natureza da despesa: 339039

5. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa vencedora, após aceitação e atesto dos serviços realizados pela Secretaria responsável pela gestão do contrato.

5.2. O início da cobrança dos serviços será na data da efetiva disponibilização do mesmo, para uso da PMCG, conforme solicitação.

5.3. O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos.

5.4. Mensalmente, ao encaminhar suas faturas, a empresa vencedora deverá também apresentar um relatório à PMCG, e torná-lo disponível online, onde estejam apurados os seguintes itens:

5.5. Somatórios dos minutos de interrupção de cada circuito e dos serviços de Gerência e acesso remoto;

5.6. Cálculos de percentuais de disponibilidade, correspondente ao período de faturamento;

5.7. As notas Fiscais/Faturas estarão à disposição da PMCG no local previamente indicado, com o mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência da data do vencimento.

5.8. Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na PMCG, em favor da empresa vencedora. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.

5.9. O pagamento será efetuado em favor da empresa vencedora por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar



especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.10. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência total ou parcial referente à contratação

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O licitante, antes de apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações para justificar atrasos ou inexecuções de obrigações contratuais.

6.2. Será adotado como critério de julgamento das propostas o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo vencedora o licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os Serviços ofertados deverão atender aos itens discriminados nas especificações técnicas constantes neste termo de referência. O não atendimento de apenas um item desclassificará a proposta;

7.2. Os equipamentos disponibilizados para execução dos serviços deverão ser novos e distribuídos através de canais credenciados do fabricante no Brasil, respeitando a padronização já especificada e as normas da ANATEL;

7.3. Não poderão ser instalados equipamentos descontinuados ou em previsão de descontinuidade das linhas normais de produção (fabricação e/ou montagem) do fabricante. A caracterização da previsão de descontinuidade é definida como sendo o período compreendido entre o recebimento (entrega) oficial do equipamento ofertado e 12 (doze) meses após este procedimento (recebimento);

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Os LICITANTES deverão apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão das licitantes para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência pleiteado.

8.2. Apresentação de documentação que comprove a autorização e/ou concessão da Agência Reguladora dos Serviços de Telecomunicações (ANATEL) para a exploração de Serviços de Comunicação Multimídia-SCM, tendo como área de abrangência do serviço o território nacional.

8.3. O licitante deverá apresentar Declaração formal da sua disponibilidade de máquina de fusão, OTDR (reflectômetro óptico no domínio do tempo), Powermeter, relação explícita com especificação técnica, instalações físicas apropriadas e específicas, e bem como pessoal técnico qualificado para a realização dos serviços que são objeto deste certame.

8.4. Atestado de Visita Técnica Técnica caso tenha sido realizada, assinado por técnico da Subsecretaria do CIDAC e pelo responsável técnico do LICITANTE ou em caso de não realização

de vistoria deverão apresentar Declaração de que tem pleno e total conhecimento do Edital e seus Anexos e de que se submete a todas as condições do mesmo.

8.4.1 Os licitantes poderão realizar vistoria técnica para tomar conhecimento de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, podendo conferir os desenhos, quantitativos, metragens e maiores detalhes "in loco", buscando que a licitante tenha total conhecimento dos locais, das condições de instalação e do posicionamento dos equipamentos.

8.4.2 A vistoria poderá ser realizada até último dia útil anterior a data do certame na sede do CIDAC e deverá ser agendada via e-mail cidac@campos.rj.gov.br ou pelo número de telefone (22) 9.8168-2494, informando número e objeto deste certame, CNPJ e o nome do responsável que realizará a vistoria.

8.4.3 A realização da vistoria não é condição à participação na presente licitação, ficando, contudo, os licitantes cientes de que, após apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

9 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os Serviços solicitados devem ter a configuração indicada abaixo ou superior:

9.2 Solução de Interconectividade Integrada contendo serviço de link dedicado de acesso à Internet com alta disponibilidade e velocidade dedicada de circuito de 500 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream), circuito de 200 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream) e 07 circuitos de 100 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream), com a utilização de equipamentos que dê suporte a expansão até no mínimo 1 Gbps de forma dedicada, utilizando tecnologia de enlace óptico monomodo fisicamente dedicado full-duplex, com dupla abordagem no link principal e o secundário (500 Mbps e 200 Mbps) feita por caminhos 100% distintos entre os pontos de core da PMCG e o fornecedor, com transmissão simétrica e exclusiva, aonde os enlaces ópticos ofereçam latência de interconexão inferior a 8 ms (milésimos de segundo), inclusive no acesso, englobando, ainda, o transporte do sinal da prestadora do serviço até as instalações da PMCG, por meio de fibra óptica, modems ópticos e roteadores que se fizerem necessários à prestação do serviço, além da disponibilização de uma rede de endereços IPv4 públicos (Internet Protocol versão 4), válida de acordo com IANA (Internet Assigned Numbers Authority), sendo um ranger /24, um ranger /29 e IPv4s para cada ponto de redundância (100 Mbps), provendo além disso backbone de suporte para futura migração para o IPv6 (Internet Protocol versão 6). Compõem também no objeto a manutenção da Infovia Municipal no regime 24x7, incluindo fornecimento de material de consumo que for necessário, em todo território do município de Campos dos Goytacazes, além da expansão do anel de fibra, e adequação para tecnologia ethernet de 10Gbase-T conforme anexo 1 e melhoria nos pontos de presenças das unidades contempladas pela Intragov.

9.3 Serviços que compõem a solução descrita acima.

COMPOSIÇÃO DO LOTE			
ITENS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE
1	1 Link de Internet dedicado síncrono 500 Mb	MÊS	12
2	1 Link de Internet dedicado síncrono 200 Mb	MÊS	12
3	7 Link de Internet dedicado síncrono 100 Mb, para redundância	MÊS	12



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

SMARH
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E RECURSOS HUMANOS

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: <i>[assinatura]</i>
Rubrica: <i>[assinatura]</i>	Processo Nº <i>[assinatura]</i>

CIDAC
CENTRO DE INFORMAÇÕES
E RECURSOS HUMANOS
CAMPUS



4	256 Endereços de Rede IPv4 válida - /24	MÊS	12
5	08 Endereços de Rede IPv4 válida - /29	MÊS	12
6	08 Endereços de Rede IPv4 válidos - Redundâncias	MÊS	12
7	Expansão de 18 quilômetros de novo segmento do anel de Fibra óptica e conexão	Km	18
8	Manutenção do segmento do anel de Fibra óptica e conexão (32Km + 18Km de expansão)	Km/MÊS	50
9	Manutenção de 46 pontos de acesso a anel de Fibra Óptica	MÊS	12

9.4 Não se contabilizou bens de consumo como: conectores, itens para acabamento ou fixação, dutos, caixa de emendas, transceptores Gbics, anilhas e outros que se fazem necessário ao correto funcionamento da solução.

9.5 Todos os bens acima descritos, somando-se os contemplados no item 10.3, serão de exclusiva responsabilidade de aquisição por parte da CONTRATADA.

10 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DOS SERVIÇOS

10.3 Conexão direta com a Rede Internet, suportando aplicações dos protocolos TCP e IP — Transmission Control Protocol e Internet Protocol.

10.4 Sobre a velocidade da Porta e acesso:

10.4.1 Enlace com suporte físico para velocidade dedicada de circuito de 500 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream), com capacidade de expansão até no mínimo 1 Gbps de forma dedicada, suportando aplicações dos protocolos TCP e IP — Transmission Control Protocol e Internet Protocol, tanto na versão 4 quanto com backbone para a versão 6, compondo esse o circuito principal.

10.4.2 Enlace com suporte físico para velocidade dedicada de circuito de 200 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream), com capacidade de expansão até no mínimo 1 Gbps de forma dedicada, suportando aplicações dos protocolos TCP e IP — Transmission Control Protocol e Internet Protocol, tanto na versão 4 quanto com backbone para a versão 6, compondo esse o circuito secundário.

10.4.3 Enlace com suporte físico para velocidade dedicada de circuito de 100 Mbps de forma síncrona (Downstream/Upstream), com capacidade de expansão até no mínimo 1

Av. José Alves Azevedo, 278 - Centro / CEP: 28025-497

cidac@campos.rj.gov.br

(22) 98175-2116

Gbps de forma dedicada, suportando aplicações dos protocolos TCP e IP — Transmission Control Protocol e Internet Protocol, tanto na versão 4 quanto com backbone para a versão 6, compondo esses circuitos de redundância.

10.4.4 O acesso para os circuitos primário e secundário deverão ser em topologia de anel, com dupla abordagem;

10.5 Serviços de Gerência e Proteção de Rede

10.5.1 A contratante deverá possuir implantada tecnologias de detecção e mitigação de ataques de rede, como o DDOS, possuindo equipes de monitoramento 24x7 para análise de novos tipos de ataques e adaptação de soluções em tempo real, sendo vedado soluções do tipo blackholing (redirecioná-lo integralmente o tráfego de rede para um "buraco negro").

10.5.2 A contratada deverá prover serviço de configuração de DNS (Domain Name System/Sistema de Nomes de Domínios) para zona reversa, permitindo atribuições de entradas PTR (Point to Reverse) de acordo com solicitações da contratante.

10.6 As necessidades da CONTRATANTE nas unidades pertencentes à Infovia Municipal distribuídas em todo o Município de Campos dos Goytacazes deverão ser atendidas plenamente com as especificações contidas abaixo:

10.6.1 Serviço de instalação elétrica buscando satisfazer as normas da ABNT pertinentes aos serviços a serem executados e as prescrições da Concessionária local de Serviços de Energia Elétrica necessários à Infovia;

10.6.2 Reparo da infraestrutura necessária para a organização de toda a rede de cabeamento óptico, cabeamento metálico e de alimentação para atender aos equipamentos de borda implantados;

10.6.3 Serviço de lançamento de Cabo óptico autossustentável com 24 fibras Monomodo em posteamento em vias urbanas, com utilização de acessórios para fixação do cabo aos postes, suporte para acomodação de reserva técnica de cabo óptico;

10.6.4 Serviço de instalação de Cabo óptico autossustentável com 12 fibras monomodo em posteamento em vias urbanas, com utilização de acessórios para fixação do cabo aos postes, suporte para acomodação de reserva técnica de cabo óptico;

- 10.6.5 Serviço de instalação de Cabo óptico autossustentável com 6 fibras monomodo em posteamento em vias urbanas, com utilização de acessórios para fixação do cabo aos postes, suporte para acomodação de reserva técnica de cabo óptico;
- 10.6.6 Montagem e instalação de DIO — Modulo Básico 48 portas LC Rack Mount 19" 1U;
- 10.6.7 Montagem e instalação de DIO — Modulo Básico 6 portas LC;
- 10.6.8 Verificação de conectorização e limpeza de DIO 19" 24 fibras SC-APC monomodo;
- 10.6.9 Verificação de conectorização e limpeza de DIO 19" 6 fibras SC-APC monomodo;
- 10.6.10 Verificação de fixação e conectorização em até 07 switches tipo 1, 19 switches tipo 2 e 40 conversores ópticos monomodo padrão 10 Gigabit Ethernet (10GBase-T);
- 10.6.11 Instalação de Extensão Óptica Duplex LC;
- 10.6.12 Instalação de Cordão óptico simplex LC/SC 2,5 metros;
- 10.6.13 Montagem e instalação de Cordão óptico simplex LC/LC 2,5 metros;
- 10.6.14 Montagem e instalação de Cordão óptico duplex LC/SC 2,5 metros;
- 10.6.15 Montagem e instalação de Cordão óptico duplex LC/LC 2,5 metros;
- 10.6.16 Montagem e instalação de Splitter Óptico 1:2;
- 10.6.17 Montagem e instalação de Splitter Óptico 1:4;
- 10.6.18 Montagem e instalação de Caixa de emenda óptica de uso externo;
- 10.6.19 Serviço de Confeccção de emendas ópticas por fusão;
- 10.6.20 Serviço de certificação de segmento óptico com utilização de OTDR;
- 10.6.21 Instalação e configuração de Módulo Gbic SFP+ 10Km;
- 10.6.22 Instalação e configuração de Módulo Gbic SFP+ 20Km;
- 10.6.23 Montagem e instalação de Racks 19" de parede com 08 Us;
- 10.6.24 Instalação de Nobreak 1200va com suporte para fixação em parede;
- 10.6.25 Instalação e lançamento de Cabo F/UTP Categoria 6 uso interno/externo por



infraestrutura existente;

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 23
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº 6 Blindado:	

- 10.6.26 Montagem e instalação de Conector RJ45 fêmea Categoria 6 Blindado;
- 10.6.27 Montagem e instalação de Patch Cord F/UTP RJ45/R145 Categoria 6 2,5 metros;
- 10.6.28 Montagem e instalação de Caixa de superfície para 1(um) conector RJ45 fêmea

11 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

11.1 As especificações contidas neste item são referentes aos serviços a serem disponibilizados obrigatoriamente pela CONTRATADA durante toda vigência do contrato sem limite de quantidade, nas manutenções preventivas e corretivas que forem necessárias, além das associadas em expansões aqui delimitadas. As especificações técnicas deverão ser atendidas através de documentação técnica dos fabricantes.

11.2 Cabo óptico autossustentável com 36 fibras monomodo

- 11.2.1 Elemento Central - Deverá ser dielétrico e posicionado no centro do núcleo;
- 11.2.2 Unidade básica - Deverá ser em material termoplástico, que proporcione proteção mecânica e térmica às fibras ópticas.
- 11.2.3 Núcleo - As unidades básicas deverão ser reunidas ao redor do elemento central formando um núcleo. Deverá ser totalmente preenchido por um composto de geléia que assegure o enchimento dos espaços intersticiais evitando assim a penetração de umidade;
- 11.2.4 Capa interna - Por processo de extrusão, a capa interna de material termoplástico, deverá estar sobre o núcleo do cabo. Sob a capa interna deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
- 11.2.5 Elemento de Tração - Deverá ser constituído por fibras aramidas dielétricas com a função de garantir o desempenho mecânico do cabo óptico. Capa externa - Deverá ser em termoplástico a cor preta, aplicada por processo de extrusão sobre os elementos de tração. O revestimento deve ser resistente à luz solar e a intempéries. Sob a capa externa deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
- 11.2.6 Carga máxima de operação (N) - Deverá possuir carga máxima de tração de 1,5 vezes o



peso do cabo;

- 11.2.7 Demais características deverão ser de acordo com a norma NBR 14160;
- 11.2.8 Deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.2.9 Raio mínimo de curvatura (mm) - Durante instalação: 20 x diâmetro externo do cabo;
Após instalado: 10 x diâmetro externo do cabo;
- 11.2.10 Faixa de Temperatura (2C): Operação: -20 a +65; Instalação: -10 a +50;
- 11.2.11 Atenuação óptica máxima em 1310nm: 0,38dB/km /1 Atenuação óptica máxima em 1550nm: 0,25dB/km.
- 11.3 Cabo óptico autossustentável com 12 fibras monomodo
 - 11.3.1 Elemento Central - Deverá ser dielétrico e posicionado no centro do núcleo;
 - 11.3.2 Unidade básica - Deverá ser em material termoplástico, que proporcione proteção mecânica e térmica às fibras ópticas.
 - 11.3.3 Núcleo - As unidades básicas deverão ser reunidas ao redor do elemento central formando um núcleo. Deverá ser totalmente preenchido por um composto de geléia que assegure o enchimento dos espaços intersticiais evitando assim a penetração de umidade;
 - 11.3.4 Capa interna - Por processo de extrusão, a capa interna de material termoplástico, deverá estar sobre o núcleo do cabo. Sob a capa interna deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
 - 11.3.5 Elemento de Tração - Deverá ser constituído por fibras aramidas dielétricas com a função de garantir o desempenho mecânico do cabo óptico. Capa externa - Deverá ser em termoplástico na cor preta, aplicada por processo de extrusão sobre os elementos de tração. O revestimento deve ser resistente à luz solar e a intempéries. Sob a capa externa deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
 - 11.3.6 Carga máxima de operação (N) - Deverá possuir carga máxima de tração de 1,5 vezes o peso do cabo. Demais características deverão ser de acordo com a norma NBR 14160;

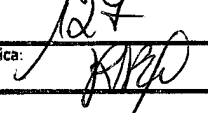
- 11.3.7 Deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.3.8 Raio mínimo de curvatura (mm) - Durante instalação: 20 x diâmetro externo do cabo;
Após instalado: 10 x diâmetro externo do cabo;
- 11.3.9 Faixa de Temperatura (2C): Operação: -20 a +65; Instalação: -10 a 50;
- 11.3.10 Atenuação óptica máxima em 1310nm: 0,38dB/km // Atenuação óptica máxima em 1550nm: 0,25dB/km.
- 11.4 Cabo óptico autossustentável com 06 fibras monomodo
- 11.4.1 Elemento Central - Deverá ser dielétrico e posicionado no centro do núcleo;
- 11.4.2 Unidade básica - Deverá ser em material termoplástico, que proporcione proteção mecânica e térmica às fibras ópticas.
- 11.4.3 Núcleo - As unidades básicas deverão ser reunidas ao redor do elemento central formando um núcleo. Deverá ser totalmente preenchido por um composto de geléia que assegure o enchimento dos espaços intersticiais evitando assim a penetração de umidade;
- 11.4.4 Capa interna - Por processo de extrusão, a capa interna de material termoplástico, deverá estar sobre o núcleo do cabo. Sob a capa interna deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
- 11.4.5 Elemento de Tração - Deverá ser constituído por fibras aramidas dielétricas com a função de garantir o desempenho mecânico do cabo óptico. Capa externa - Deverá ser de termoplástico na cor preta, aplicada por processo de extrusão sobre os elementos de tração. O revestimento deve ser resistente à luz solar e a intempéries. Sob a capa externa deverá ser colocado um fio de material não metálico, destinado ao corte e abertura longitudinal do revestimento;
- 11.4.6 Carga máxima de operação (N) - Deverá possuir carga máxima de tração de 1,5 vezes o peso do cabo. Demais características deverão ser de acordo com a norma NBR 14160;
- 11.4.7 Deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.4.8 Raio mínimo de curvatura (mm) - Durante instalação: 20 x diâmetro externo do cabo;
Após instalado: 10 x diâmetro externo do cabo;




- 11.4.9 Faixa de Temperatura (2C): Operação: -20 a +65; Instalação: -10 a 50;
- 11.4.10 Atenuação óptica máxima em 1310nm: 0,38dB/km // Atenuação óptica máxima em 1550nm: 0,25dB/km.
- 11.5 DIO — Modulo Básico 24 portas LC Rack Mount 19" 1U
- 11.5.1 Distribuidor óptico para até 24 fibras para Rack de 19";
- 11.5.2 Deve suportar conectores LS DUPLEX, para 24 fibras com conectores LC;
- 11.5.3 Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo ótico e as extensões óticas;
- 11.5.4 Ser compatível com os adaptadores óticos (ST, SC, LC Duplex, FC e MT-RJ);
- 11.5.5 Ser modular permitindo expansão do sistema;
- 11.5.6 Deve possuir altura (1U) e ser compatíveis com o padrão 19" e 23";
- 11.5.7 Deve possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras, acomodação; emendas devem ficar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao sistema);
- 11.5.8 Ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e todos os acessórios necessários para a realização de fusão de 48 fibras;
- 11.5.9 Ser fabricado em aço carbono;
- 11.5.10 Deve utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos.
- 11.5.11 Deve possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos (facilitar manutenção/instalação e trabalhos posteriores sem retirá-los do rack);
- 11.5.12 Deve possuir painel frontal articulável, permitindo o acesso aos cordões sem expor as fibras conectorizadas internamente;
- 11.5.13 Deve possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico;
- 11.5.14 Deve ser fornecido com suportes para adaptadores óticos para 48 fibras, separados de 02 em 02 para uma melhor distribuição dos adaptadores óticos;
- 11.5.15 Deve possuir 04 acessos para cabos óticos, sendo 02 pela parte traseira e 02 pela

parte lateral.

- 11.6 DIO — Modulo Básico 6 portas LC
- 11.6.1 Distribuidor óptico para até 6 fibras de parede ou prateleira;
- 11.6.2 Indicado para uso interno fixado em parede;
- 11.6.3 Deve suportar conectores DUPLEX, para 6 fibras com conectores LC;
- 11.6.4 Deve permitir utilizar conectores LC, SC, ST e FC;
- 11.6.5 Deve ser fornecido com 2(duas) conexões Tipo LC-PC SM, adaptadores LC e fixações;
- 11.6.6 Deve acompanhar o distribuidor óptico, sistema de bandeja de emenda, protetor de emenda, e braçadeiras plásticas; Deve possuir dois acessos de cabos ópticos pela parte superior limitado ao diâmetro de 13 mm.
- 11.7 Extensão Óptica Duplex LC
- 11.7.1 Este cordão deverá ser constituído por um par de fibras ópticas monomodo 9/125 µm, tipo "tight";
- 11.7.2 Utilizar padrão "zip-cord" de reunião das fibras para diâmetro de 2mm;
- 11.7.3 Deverá ser totalmente compatível com o DIO — Modulo Básico 48 portas LC Rack Mount 19" 1U e DIO — Modulo Básico 6 portas LC ofertados;
- 11.7.4 A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em polimérico e termoplástico;
- 11.7.5 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em PVC não propagante à chama;
- 11.7.6 Uma das extremidades deste Pigtail deve vir devidamente conectorizada e testada de fábrica;
- 11.7.7 Ser disponibilizado com conector LC SM em uma das extremidades;
- 11.7.8 O cabo (cordão) óptico deverá ser certificado pela ANATEL;
- 11.7.9 Os Conectores de fibra óptica dos pigtails ou extensões ópticas conectorizadas apresentados deverão possuir certificados de homologação pela Anatel para Categoria

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 127
	Rubrica: 
Processo Nº	





III, confirmando assim que a atenuação dos conectores é de 0,3db

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 128
	Rubrica: RAO
Processo Nº	

- 11.8 Cordão óptico simplex LC/SC 2,5 metros multimodo
- 11.8.1 Deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3;
- 11.8.2 A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em termoplástico;
- 11.8.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em termoplástico não propagante à chama; Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm;
- 11.8.4 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto e data de fabricação;
- 11.8.5 O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.8.6 Os Conectores de fibra óptica dos cordões ofertados deverão possuir certificados de homologação pela Anatel para Categoria III, confirmando assim que a atenuação máxima dos conectores é de 0,3db.
- 11.9 Cordão óptico simplex LC/LC 2,5 metros multimodo
- 11.9.1 Deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3;
- 11.9.2 A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em termoplástico;
- 11.9.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em termoplástico não propagante à chama; Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm;
- 11.9.4 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto e data de fabricação;
- 11.9.5 O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.9.6 Os Conectores de fibra óptica dos cordões ofertados deverão possuir certificados de homologação pela Anatel para Categoria III, confirmando assim que a atenuação máxima dos conectores é de 0,3db.





Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 129
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	

- 11.10 Cordão óptico duplex LC/SC 2,5 metros multimodo
- 11.10.1 Deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3;
- 11.10.2 A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em termoplástico;
- 11.10.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em termoplástico não propagante à chama; Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm;
- 11.10.4 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto e data de fabricação;
- 11.10.5 O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.10.6 Os Conectores de fibra óptica dos cordões ofertados deverão possuir certificados de homologação pela Anatel para Categoria III, confirmando assim que a atenuação máxima dos conectores é de 0,3db.
- 11.11 Cordão óptico duplex LC/LC 2,5 metros multimodo
- 11.11.1 Deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA-568-C.3;
- 11.11.2 A fibra óptica deste cordão deverá possuir revestimento primário em acrilato e revestimento secundário em termoplástico;
- 11.11.3 Sobre o revestimento secundário deverão existir elementos de tração e capa em termoplástico não propagante à chama; Raio mínimo de curvatura aceitável para este cordão óptico duplo é de 50mm;
- 11.11.4 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto data de fabricação.
- 11.11.5 O cabo (cordão) óptico deverá possuir certificação ANATEL;
- 11.11.6 Os Conectores de fibra óptica dos cordões ofertados deverão possuir certificados de homologação pela Anatel para Categoria III, confirmando assim que a atenuação máxima dos conectores é de 0,3db.
- 11.12 Splitter Óptico 1:2



- 11.12.1 Divisores Ópticos com saídas balanceadas (simétricas): 1 entrada e 2 saídas simétricas
(A divisão deve ocorrer de forma que todas as 2 saídas possuam a mesma potência);
- 11.12.2 Devem possuir Tecnologia de Fabricação PLC (Planar LightwaveCircuit);
- 11.12.3 Deve estar de acordo com as normas Telcordia GR-1209-CORE e Telcordia GR-1221-CORE assim como possuir Certificação com a Anatel;
- 11.12.4 Deve utilizar fibra tipo G.657A - Fibra especial otimizadas para acomodação em bandejas com raio de curvatura reduzidas;
- 11.12.5 Código de Cores para identificação das fibras de saída;
- 11.12.6 Tamanho: Comprimento de 40mm, Largura 4mm e Altura 4mm;
- 11.12.7 Comprimento da fibra: 2 metros;
- 11.12.8 Diâmetro da Fibra Nua: 250µm;
- 11.12.9 Devem operar nas três janelas de comunicação para os padrões de redes ópticas passivas: 1310nm, 1490nm e 1550nm;
- 11.12.10 Deve possuir banda óptica Passante de: 1260nm —1650nm;
- 11.12.11 Deve apresentar perda de inserção (máxima de 3,7dB) e uniformidade (0,5 dB);
- 11.12.12 Sensibilidade a Polarização Máxima (PDL) 0,2dB;
- 11.12.13 Diretividade >55dB;
- 11.12.14 Perda de Retorno >55dB.
- 11.13 Splitter Óptico 1:4
- 11.13.1 Divisores Ópticos com saídas balanceadas (simétricas): 1 entrada e 4 saídas simétricas
(A divisão deve ocorrer de forma que todas as 4 saídas possuam a mesma potência);
- 11.13.2 Devem possuir Tecnologia de Fabricação PLC (Planar LightwaveCircuit);
- 11.13.3 Deve estar de acordo com as normas Telcordia GR-1209-CORE e Telcordia GR-1221-CORE assim como possuir Certificação com a Anatel;
- 11.13.4 Deve utilizar fibra tipo G.657A - Fibra especial otimizadas para acomodação em

bandejas com raio de curvatura reduzidas;

- 11.13.5 Código de Cores para identificação das fibras de saída;
- 11.13.6 Tamanho: Comprimento de 40mm, Largura 4mm e Altura 4mm;
- 11.13.7 Comprimento da fibra: 2 metros;
- 11.13.8 Diâmetro da Fibra Nua: 250µm;
- 11.13.9 Devem operar nas três janelas de comunicação para os padrões de redes ópticas passivas: 1310nm, 1490nm e 1550nm;
- 11.13.10 Deve possuir banda óptica Passante de: 1260nm —1650nm;
- 11.13.11 Deve apresentar perda de inserção (máxima de 7,1dB) e uniformidade (0,6 dB)
- 11.13.12 Sensibilidade a Polarização Máxima (PDL) 0,2 dB
- 11.13.13 Diretividade > 55dB;
- 11.13.14 Perda de Retorno > 55dB;
- 11.14 Caixa de emenda óptica de uso externo
 - 11.14.1 A caixa de emenda óptica de uso externo a ser ofertada deverá ser capaz de armazenar e proteger as emendas ópticas por fusão dos cabos da rede óptica, ser utilizada para derivação de cabos troncais Backbone em cabos de distribuição e também para armazenamento de splitters ópticos da rede PON;
 - 11.14.2 Deve ser fornecida, composta por: cúpula tipo “topo”), base com as entradas e saídas de cabos, kit termo contrátil, bandejas de emenda e suportes de bandeja para até 48 fusões;
 - 11.14.3 Deve Possuir capacidade para ser acrescida até no mínimo para 144 fibras;
 - 11.14.4 Deve possuir no mínimo duas formas de instalação aérea: poste ou cordoalha;
 - 11.14.5 O sistema de vedação deve ser feito por meio de kits termo contráteis, aplicados nos cabos de entrada e saída da caixa;
 - 11.14.6 Deve ainda possuir as seguintes características de fornecimento:



- 11.14.6.1 Estrutura tipo Topo;
- 11.14.6.2 Tampa, base e bandeja de emenda de material polimérico ou PP +FG;
- 11.14.6.3 Bandejas de emenda com capacidade para armazenamento e fixação de Splitters Ópticos;
- 11.14.6.4 Bandeja exclusiva para armazenamento de Tubos Loose (buffers) dos cabos ópticos;
- 11.14.6.5 Capacidade para derivação, sangria ou continuidade de cabos;
- 11.14.6.6 1 porta de principal (para entrada e saída de cabos) com capacidade para cabos entre 10 e 17,5mm de diâmetro;
- 11.14.6.7 4 portas de derivação com capacidade para cabos entre 8 e 17,5mm de diâmetro;
- 11.14.6.8 Fechamento das porta de derivação através de sistema termo contrátil;
- 11.14.6.9 Possibilidade de reentrada sem a necessidade de materiais adicionais;
- 11.14.6.10 Válvula de pressão;
- 11.14.6.11 Resistência a raios Ultra Violeta (UV);
- 11.14.6.12 Instalação em posição vertical ou horizontal;
- 11.14.6.13 Sistema de fechamento entre tampa e base sem necessidade de parafusos;
- 11.14.6.14 Dimensões máximas 450 (altura) x 230 (diâmetro) mm;
- 11.14.6.15 Cor Preta;
- 11.14.6.16 Garantia de raio de curvatura mínimo de 30mm;
- 11.14.6.17 Totalmente Hermética — IP68;
- 11.14.6.18 Suporte de instalação para parede ou poste;
- 11.14.6.19 Acessórios de instalação devem ser fornecidos com a caixa.
- 11.15 Módulo Gbic SFP+ 1Km
- 11.15.1 Módulo Gbic SFP+ 10GBASE-LR.



11.16 Módulo Gbic SFP+ 10Km

11.16.1 Módulo Gbic SFP+ 10GBASE-LR.

11.17 Módulo Gbic SFP+ 20Km

11.17.1 Módulo Gbic SFP+ 10GBASE-LR.

11.18 Patch Painei 19"com 24 posições para conector RJ45 Cat6 blindado

11.18.1 Possuir Certificação UL ou ETL LISTED Painei frontal em termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), com porta etiquetas de identificação em acrílico para proteção. Apresentar largura de 19 ", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D e altura de 1 U ou 44,5mm;

11.18.2 Possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação), conforme requisitos da norma ANSI TIA/EIA 606-A. Fornecido de fábrica com ícones de identificação (nas cores azul e vermelha);

11.18.3 Ser fornecido com guia traseiro perfurado, em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade) com possibilidade fixação individual dos cabos, proporcionando segurança, flexibilidade e rapidez na montagem. Ser fornecido com acessórios para fixação dos cabos (velcros e cintas de amarração). Serdo tipo descarregado com 24 portas em 01 altura de rack;

11.18.4 Deve ser fornecido sem conectores;

11.18.5 Deve possibilitar troca individual dos conectores e ser compatível com conectores RJ-45 fêmea Categorias 5e e/ou 6 e/ou 6A.

11.19 Cabo F/UTP Categoria 6 uso interno/externo por infraestrutura existente

11.19.1 Deve possuir certificado de performance elétrica (VERIFIED) pela UL ou ETL, conforme especificações da norma ANSI/TIA/EIA-568-B.2-1 CATEGORIA 6 e ISO/IEC 11801 bem como certificado para flamabilidade (UL LISTED ou ETL LISTED) CM conforme UL;

11.19.2 O cabo utilizado deverá possuir certificação Anatel, conforme definido no Ato Anatel número 45.472 de 20 de julho de 2004, impressa na capa externa;

11.19.3 O cabo deverá atender às diretivas ROHS;

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 133
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	

- 11.19.4 Ser composto por condutores de cobre sólido 24AWG; isolados em polietileno especial, com blindagem helicoidal em fita metalizada. Capa externa em PVC não propagante à chama, com possibilidade de fornecimento nas cores cinza e vermelho;
- 11.19.5 Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, e sistema de rastreabilidade que permita identificar a data de fabricação dos cabos;
- 11.19.6 Impedância característica de 1000 (Ohms);
- 11.20 Conector RJ45 fêmea Categoria 6 Blindado
- 11.20.1 Exceder as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6;
- 11.20.2 Possuir Certificação UL ou ETL LISTED; Possuir Certificação ETL VERIFIED;
- 11.20.3 Possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 mm de níquel e 1,27 mm de ouro; O keystone deve ser compatível para as terminações T568A e T568B, segundo a ANSI EIA/TIA 568-C.2; Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com Run;
- 11.20.4 Identificação do conector como categoria 6, gravado na parte frontal do conector;
- 11.20.5 Suportar ciclos de inserção, igual ou superior a 200 (duzentas) vezes com terminações 110 IDC;
- 11.21 Patch Cord F/UTP RJ45/RJ45 Categoria 6 2,5 metros
- 11.21.1 Deve ter duas certificações Anatel conforme regulamento da entidade: a do cabo flexível e do cordão de manobra;
- 11.21.2 Possuir a certificação UL ou ETL LISTED;
- 11.21.3 O cabo deverá atender à diretiva ROHS;
- 11.21.4 O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado F/UTP, 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina, com blindagem helicoidal em fita metalizada e capa externa em PVC não propagante a chama, conectorizados nas duas extremidades à RJ-45 macho Categoria 6 com blindagem

externa envolvendo o corpo do mesmo;

11.21.5 Estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6; Os conectores devem possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 mm de níquel e 1,27 mm de ouro;

11.21.6 Possuir classe de flamabilidade no mínimo CM, impressa na capa do patch cord;

11.21.7 Características elétricas e performance testada em frequências de até 250 MHz.

11.22 Caixa de superfície para 1(um) conector RJ45 fêmea

11.22.1 Caixa com corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0) adaptável para trilho DIN;

11.22.2 Compatível com os conectores RJ45 fêmea Categoria 6 Blindado;

11.22.3 Possui tampa integrada de proteção contra poeira;

11.22.4 Possui janela de proteção para área de identificação;

11.22.5 Possuir Proteção IP20;

11.22.6 Em conformidade com a Diretiva Europeia RoHS.

11.23 Material de sustentação

11.23.1 Cordoalha de aço;

11.23.2 Olhai de suspensão em aço;

11.23.3 Buchas, parafusos, etc.

11.23.4 Suporte BAP;

11.23.5 Suporte Dielétrico.

11.23.6 Portas

11.23.6.1 Quantidade mínimas de portas Gigabit Ethernet 1/10 Gbps RJ45 - 24¹

¹ Serão aceitos Switches com portas SFP+ já com o transceptor (Gbic) incluso para RJ45.

11.23.6.2 Quantidade mínimas de portas SFP+ SFP+ Ethernet 1/10 Gbps - 04

11.23.7 Velocidade

11.23.7.1 Capacidade de comutação mínima - 300 Gbps

11.23.7.2 Taxa mínima de encaminhamento de pacote 230 Mbps

11.23.8 Endereçamentos

11.23.8.1 Tamanho mínimo da tabela de endereçamento MAC 16 k

11.23.8.2 Suporte a VLANS simultaneamente 4 k

11.23.9 Tráfego de Dados

11.23.9.1 Oferecer no mínimo suporte a L2 e L2+

11.23.9.2 Oferecer roteamento estático

11.23.10 Serviços e Recursos de Segurança

11.23.10.1 Deve implementar Qualidade de Serviço (QoS)

11.23.10.2 Deve oferecer recursos de segurança avançados como IP-MAC-Port Binding, ACL, Port Security, DoS Defend, Storm Control, DHCP Snooping, 802.1X e Radius Authentication;

11.23.10.3 Deve implementar Spanning Tree STP / RSTP / MSTP, Filtering BPDU / Guarda TC / Root

11.23.10.4 Deve possuir suporte IPv6 abrangente para gerenciamento, QoS e ACL

11.23.10.5 Deve possuir modos de gerenciados WEB / CLI, SNMP (v1/v2c/v3) e RMON

11.23.11 Portas

11.23.11.1 Quantidade mínimas de portas SFP+ SFP+ Ethernet 1/10 Gbps – 04

11.23.11.2 Quantidade mínimas de portas RJ45 100/1000Base-T - 04

11.23.12 Velocidade

11.23.12.1 Capacidade de comutação mínima - 100 Gbps

- 11.23.12.2 Taxa mínima de encaminhamento de pacote 90 Mbps
- 11.23.13 Endereçamentos
 - 11.23.13.1 Tamanho mínimo da tabela de endereçamento MAC 12 k
 - 11.23.13.2 Suporte a VLANS simultaneamente 4 k
- 11.23.14 Tráfego de Dados
 - 11.23.14.1 Oferecer no mínimo suporte a L2 e L2+
- 11.23.15 Serviços e Recursos de Segurança
 - 11.23.15.1 Deve implementar Qualidade de Serviço (QoS)
 - 11.23.15.2 Deve oferecer recursos de segurança avançados como IP-MAC-Port Binding, ACL, Port Security, DoS Defend, Storm Control, DHCP Snooping, 802.1X e Radius Authentication;
 - 11.23.15.3 Deve implementar Spanning Tree STP / RSTP / MSTP, Filtering BPDU / Guarda TC / Root
 - 11.23.15.4 Deve possuir suporte IPv6 abrangente para gerenciamento, QoS e ACL
 - 11.23.15.5 Deve possuir modos de gerenciados WEB / CLI, SNMP (v1/v2c/v3) e RMON
- 11.23.16 Serviços
 - 11.23.16.1 Suporte a trabalho na forma de Bridge
 - 11.23.16.2 Serviços DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) Server/Client/Relay
 - 11.23.16.3 Firewall com regras de filtragens
 - 11.23.16.4 NAT (Network address translation)
 - 11.23.16.5 Conexões VPN PPP e IPsec
 - 11.23.16.6 Suporte a L2TP
 - 11.23.16.7 Roteamento estático
 - 11.23.16.8 Roteamento dinâmico com no mínimo RIP, BGP e OSPF



- 11.23.16.9 Implementar padrão IEEE 802.1Q (VLANs)
- 11.23.16.10 Geração de Logs de controle e a exportação do mesmo para serviço externo de análise.
- 11.24 Serviços dos links de Internet:
- 11.24.1 Os circuitos deverão suportar a implementações de VPN (Redes Privadas Virtuais);
- 11.24.2 Os circuitos atenderão às normas aplicáveis da ANATEL, quando essas não entrarem em conflito com o especificado neste documento;
- 11.24.3 A empresa deverá fornecer 1 range de endereçamento de IPv4 válido (/24) com 254 endereços utilizáveis para alocação em Hosts, ficando essa alocada exclusivamente a CONTRATADA;
- 11.24.4 A empresa deverá fornecer 1 range de endereçamento de IPv4 válido (/29) com 06 endereços utilizáveis para alocação em Hosts, ficando essa alocada exclusivamente a CONTRATADA;
- 11.24.5 A empresa deverá fornecer 8 endereços IPv4s válidos (/29) com 06 endereços utilizáveis para alocação nos links de redundância, ficando essa alocada exclusivamente a CONTRATADA;
- 11.24.6 A prestadora deverá utilizar, internamente na PMCG, somente material não susceptível a propagação de fogo;
- 11.24.7 A prestadora deverá fornecer suporte técnico caso haja algum problema na configuração dos equipamentos;
- 11.24.8 A prestadora do serviço deverá possuir um sistema de monitoramento e/ou gerenciamento dos serviços fornecidos, até as entradas na rede da PMCG, visando à tomada de ações pró-ativas e com o objetivo de obter o melhor desempenho e disponibilidade dos serviços;
- 11.24.9 A prestadora é a responsável pela identificação e resolução de problemas que afetem o desempenho e a operacionalidade dos serviços contratados;
- 11.24.10 Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana;

- 11.24.11 Serão consideradas como necessidades primárias as SLA (Service Level Agreement) relacionadas a desempenho, disponibilidade e qualidade de Serviço (QoS, Quality of Service);
- 11.24.11.1 A contratada deverá disponibilizar SLA (Service Level Agreement), de no mínimo de 99,6% para serviços oferecidos;
- 11.24.11.2 Em caso da ocorrência de problema de link, que leve a diminuição das velocidades adquiridas, a contratada deverá promover a manutenção corretiva do mesmo no prazo máximo de 4 horas, retornando-a a valores operacionais aqui definidos;
- 11.24.11.3 Em caso de descontinuidade, ou seja, interrupção total de comunicação, a contratada deverá promover a manutenção corretiva do mesmo no prazo máximo de 2 horas, retornando-a a valores operacionais aqui definidos;
- 11.24.11.3.1 Para cálculo de SLA, diminuições abaixo 1/3 da velocidade contratada serão consideradas interrupções totais de comunicação.
- 11.24.12 Manutenções e/ou intervenções nos serviços, quando necessárias, deverão ser autorizadas pela PMCG e solicitadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para acertos de dia, hora e duração;
- 11.24.13 Qualquer manutenção e/ou intervenção, mesmo não implicando inoperância dos serviços ou alteração nas suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com a PMCG, exceto quando estas se tratarem de uma emergência;
- 11.24.14 As inoperâncias e/ou indisponibilidades dos serviços, no todo ou em parte, que não sejam de responsabilidade da PMCG, devem gerar descontos na fatura correspondente aos serviços não prestados proporcional ao tempo da sua não prestação.
- 11.24.15 As manutenções preventivas e/ou corretivas ou ajustes nos equipamentos que possam vir a causar inoperâncias e/ou indisponibilidades nos serviços, desde que previamente acordadas entre a Prestadora e a PMCG, não geram descontos na fatura;
- 11.24.16 Em caso de falha e/ou inoperância de qualquer sistema, enlace e/ou equipamento que impacte na prestação dos serviços, a Prestadora deverá abrir uma

ocorrência técnica independente de solicitação da equipe de operações de rede do CIDAC, após a constatação do problema, e dar ciência ao Gestor do Contrato;

- 11.24.17 A prestadora deverá colocar à disposição do CIDAC uma Central de Atendimento Especializado com número telefônico único, não tarifado (0800), para registros dos chamados, operando 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano;
- 11.24.18 A Central de Atendimento Especializado deverá manter um sistema de registro, acompanhamento dos chamados, esclarecimentos de dúvidas, compreendendo desde o registro até a resolução do fato motivador do chamado e permitindo inclusive o acesso a essas informações pela PMCG;
- 11.24.18.1 A Central de Atendimento Especializado deverá informar OBRIGATORIAMENTE um número de controle do chamado, com identificação de data e horário para controle de SLA e envio automatizado de ticket de controle para e-mail cadastrado;
- 11.24.19 A prestadora deverá garantir uma disponibilidade dos serviços contratados (Provimento de Serviços de Interconexão à Internet) igual ou superiores a 99,6% no seu backbone;
- 11.24.20 A prestadora deverá garantir latência média mensal menor ou igual a 8ms (Links Priário, Secundário e redundâncias / NOC Local da Contratada) e perda média mensal de pacotes no seu backbone IP inferior a 2%. Para o cálculo desses valores, será considerado o horário das 8h às 18h;
- 11.24.21 Os índices de disponibilidade deverão ser calculados mensalmente, considerando o período de horas diárias;
- 11.24.22 Para o efeito do desconto compulsório, que servirá, inclusive, como forma de pagamento de eventuais multas aplicadas, será considerado da abertura do chamado técnico de indisponibilidade do serviço e/ou circuito até a sua total recuperação.

DESCONTO= Valor/Mês x TM

30x24x60

Onde:

[assinatura]

30 = 30 dias

24 = 24 horas

60 = 60 minutos

Valor/mês = valor mensal

TM = tempo de manutenção em minutos

Sendo: Tempo de Manutenção: período entre o chamado telefônico e a solução do problema.

- 11.24.22.1 O valor dos descontos correspondentes ao tempo de interrupção dos serviços será descontado da CONTRATADA até o segundo mês subsequente, com base no preço vigente no mês do débito;
- 11.24.23 Para o efeito do desconto compulsório, que servirá, inclusive, como forma de pagamento de eventuais multas aplicadas, será considerado da abertura do chamado técnico de indisponibilidade do serviço e/ou circuito até a sua total recuperação. A prestadora deverá recuperar os serviços e/ou circuitos contratados em um prazo de até 4 (quatro) horas, desde que os fatores interruptivos estejam sob responsabilidade da Contratada;
- 11.24.24 O não cumprimento desse prazo para o pleno restabelecimento dos serviços e/ou circuitos acarretará, além dos descontos indicados acima, multa no valor correspondente a 1% (um por cento) da mensalidade dos serviços e/ou circuitos em questão, por hora ou fração da inoperância e/ou indisponibilidade, que exceda o prazo para recuperação, limitada ao máximo de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal, fatura ou outro documento de cobrança pertinente ao período de prestação ou a etapa em que tenha ocorrido a falta;
- 11.24.25 No caso de inoperância e/ou indisponibilidade reincidente num período de 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço e/ou circuito, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço e/ou circuito o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço e/ou circuito estiver totalmente operacional. Nesse caso, além dos descontos, caberá a aplicação da multa estabelecida no item anterior;

- 11.24.26 O serviço será considerado indisponível quando os usuários da rede da PMCG não puderem acessar a Internet por problemas de responsabilidade da Prestadora dos serviços e quando os sistemas e sites da PMCG não puderem ser acessados pelo público externo, por problemas relacionados aos serviços da Prestadora dos serviços;
- 11.24.27 Mensalmente a Prestadora apurará os tempos de falha, inoperâncias e/ou indisponibilidades dos serviços e circuitos contratados, considerando as ocorrências desde a zero hora do primeiro dia até as vinte e quatro horas do último dia do mês anterior ao da apuração e o valor apurado será ressarcido a PMCG (já com os descontos, multas penalidades apropriadas) na fatura dos serviços com vencimento no mês seguinte ao da apuração;
- 11.24.28 A prestadora deverá dar suporte a todas as ocorrências referentes à rede física (instalação, recuperação, alteração), à configuração dos equipamentos de roteamento, incluindo protocolos de roteamento, endereçamento IP, SNMP e segurança (incidentes de segurança, senhas), e todos os demais serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos meios de comunicação "fim a fim" entre os Pontos de Presença;
- 11.24.29 Eventuais paradas no backbone da Prestadora deverão ser comunicadas tempestivamente ao CIDAC;
- 11.24.30 O backbone oferecido deverá possuir, em operação, canais próprios e dedicados interligando-o diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais e a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) internacionais.
- 11.25 Projeto e Instalação:
- 11.25.1 São obrigações da Contratada:
- 11.25.1.1 Instalação e configuração de todos os equipamentos e acessórios;
- 11.25.1.2 Lançamento de todos os cabos, fiação e suas ligações com periféricos;
- 11.25.1.3 A prestadora terá 05 (cinco) dias corridos, a partir da data a contar da data do recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço Inicial, a ser emitida após assinatura do contrato, para entrega do serviço ativado e operacional, em caso de manutenção; Este prazo se justifica pela necessidade de manutenção permanente dos serviços públicos que dependem da



infraestrutura lógica em questão, por se tratarem de serviços de missão crítica, como especialmente o serviço de emissão de nota fiscal eletrônica, cuja descontinuidade pode causar prejuízos de grande monta.

11.25.1.4 Caso o prazo de entrega do serviço não seja cumprido, a PMCG aplicará multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da mensalidade por dia de atraso, limitada ao limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

11.25.1.5 Após a assinatura do contrato, deverão ser realizadas reuniões com Contratante, com o objetivo de detalhar a implantação, indicação de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão incumbido da fiscalização do contrato, bem como cronograma de trabalho, política de filtros, distribuição e recebimento de rotas;

11.25.1.6 Será de total responsabilidade da CONTRATADA a manutenção da, prestação do serviço.

12 GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

12.1.1 Os serviços executados deverão ter garantia durante todo período contratado;

12.1.2 Durante todo o período de garantia a contratada será responsável juntamente com o fabricante pelo atendimento aos chamados para assistência técnica corretiva.

12.1.2.1 Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

12.1.3 Em caso de inoperância da solução, a CONTRATADA deverá atender a solicitação de correção no prazo máximo de até 4 (quatro) horas a partir da abertura do chamado;

12.1.4 Se por ventura, houver a necessidade de substituição da solução a CONTRATADA deverá atender em até 1 (um) dia, sem ônus para a PMCG.

12.1.5 Deverá possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando descrição do problema.

12.1.6 Os serviços de reparo dos equipamentos específicos serão executados onde se encontram (ON-SITE) ou na impossibilidade, no centro de manutenção da contratada.



13 DA EXECUÇÃO

13.1 A execução das obrigações contratuais objeto deste Termo de Referência, será fiscalizada por um representante da Administração, doravante denominado FISCAL, designado pela PMCG, ou nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

14 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução do Contrato será acompanhada por servidores previamente designados pela Superintendência, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que deverão atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das normas estabelecidas nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964;

14.2 Aos servidores investidos na função de fiscal compete:

- 14.2.1** Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos constatados;
- 14.2.2** Receber, acolher e atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços, para fins de pagamento;
- 14.2.3** Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;
- 14.2.4** Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- 14.2.5** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 14.2.6** A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização do Contrato, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas pelo CONTRATANTE;

- 14.2.7 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização do Contrato durante a execução do objeto contratado não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela prestação dos serviços;
- 14.2.8 A Fiscalização do Contrato será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

15 DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

- 15.1 A Fiscalização do Contrato será exercida por servidores lotados na Superintendência do Centro de Informação e Dados de Campos – (CIDAC)– formalmente designados, para o acompanhamento da contratação e execução dos serviços.

16 DOS ASPECTOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1 Tempo de Execução:
- 16.1.1 O contrato derivado do processo licitatório para o fornecimento da solução definida neste termo de referência terá vigência de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, por meio de Termo Aditivo, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração na continuidade do Contrato para cada período prorrogado, nos termos inciso II do art. 57, da Lei nº 8666/93 e alterações.
- 16.2 Locais de Execução dos Serviços:
- 16.2.1 Todos os serviços serão executados no município.
- 16.2.2 Os serviços serão executados de modo a não interferir ou interromper o andamento normal das atividades da PMCG. Os serviços de instalações deverão ser executados, em sua maior parte, em períodos noturnos e finais de semana. Alguns serviços poderão ser prestados durante os dias úteis, desde que não provoquem transtornos às atividades ali laboradas.
- 16.2.3 Qualquer manutenção e/ou intervenção, mesmo não implicando em inoperância dos serviços ou alteração nas suas características, deverá ser agendada e acordada



previamente com o gestor do contrato, exceto quando estas se tratarem de uma emergência.

- 16.2.4 Os serviços de manutenção da Fibra óptica do Intragov englobará todo o anel de fibra óptica, conforme Anexo I, além de suas derivações e reservas técnicas, com substituições previstas e/ou emergenciais.
- 16.2.5 Os serviços de expansão do Intragov engloba a passagem de cabos e todos os componentes necessário a sua correta fixação/identificação/installação, em postes e órgãos da prefeitura, assim como aquisição e instalação de ponto final conforme Anexo II.

17 PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa vencedora, após aceitação e atesto dos serviços realizados pela Secretaria responsável pela gestão do contrato.
- 17.2 O início da cobrança dos serviços será na data da efetiva disponibilização do mesmo, para uso da PMCG, conforme solicitação.
- 17.3 O pagamento referente ao mês de início ou encerramento dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos.
- 17.4 A operadora deverá enviar relatórios mensais, ao encaminhar suas faturas, contendo a utilização média dos links, com o througput médio mensal e diário, assim como valores absolutos de totais de bits de entradas e saídas, além do total de tempo de atividade e inatividade apontado, dos circuitos em separado, para o endereço cidac@campos.rj.gov.br, com cópia para infraestrutura.cidac@campos.rj.gov.br;
- 17.4.1 Cálculos de percentuais de disponibilidade, correspondente ao período de faturamento;
- 17.5 As notas Fiscais/Faturas estarão à disposição da PMCG no local previamente indicado, com o mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência da data do vencimento.




- 17.6 Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na PMCG, em favor da empresa vencedora. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.
- 17.7 O pagamento será efetuado em favor da empresa vencedora por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 17.8 Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 17.9 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência total ou parcial referente à contratação

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE


- 18.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato.
- 18.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 18.3 Comunicar à CONTRATADA com antecedência mínima, quaisquer ocorrências, para que procedam os reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato.
- 18.4 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento nos termos da Lei nº 8.666, de 21/03/1993.

19 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 19.1 Responsabilizar-se, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração, pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da PMCG ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução deste contrato, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias,

 Av. José Alves Azevedo, 278 - Centro / CEP: 28025-497

 cidac@campos.rj.gov.br

 (22) 98175-2116



contados a partir da comprovação de sua responsabilidade; o não cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus.

- 19.2 Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que na sede da PMCG.
- 19.3 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados na licitação.
- 19.4 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 19.5 Os serviços serão considerados concluídos após verificação completa de execução conforme este documento, incluindo identificação e certificação dos pontos;
- 19.6 Todos os serviços executados deverão ser documentados através de As-Built a ser entregue na fiscalização do serviço;
- 19.7 Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.
- 19.8 Para um perfeito acabamento e funcionamento de qualquer manutenção efetuada, deverão ser fornecidos todos os mecanismos e acessórios (parafusos, buchas, acabamentos etc), não podendo o fornecedor alegar desconhecimento ou mesmo não especificidades consideradas como meras formalidades;
- 19.9 Atender com sua equipe técnica às solicitações dos representantes da PMCG, no prazo de até 4 (quatro) horas nos casos de interrupções totais do serviço e até 24 (vinte e quatro) horas nos casos de interrupções parciais ou variações na qualidade da prestação do serviço.
- 19.10 Garantir o funcionamento ininterrupto do serviço, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com disponibilidade mensal mínima de 99,6%.
- 19.11 Comunicar por escrito, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, à equipe técnica do CIDAC, interrupções programadas, para a realização de manutenções preventivas.

- 19.12 Oferecer descontos compulsórios de valor equivalente ao período de interrupção dos serviços.
- 19.13 Responsabilizar-se pelas instalações de toda a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços como: instalações de modems, links, cabeamento, cabeamento óptico, antenas, equipamentos e outros que deverão ser providenciados dentro do prazo de instalação previsto no item Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução deste contrato, sem prévia e expressa anuência da PMCG, sendo que a responsabilidade técnica caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, e não será transferida, sob nenhum pretexto.
- 19.14 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.15 Apresentar, sempre que solicitado pelo Gestor ou Fiscal do contrato, desde que esta solicitação seja realizada com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas, documentações referente às condições exigidas neste instrumento contratual.
- 19.16 Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.
- 19.17 A CONTRATADA deverá seguir as Normas de Segurança do Trabalho, prevista na Lei de Consolidação do Trabalho sendo que qualquer acidente será de inteira responsabilidade da contratada, sendo responsável por equipamentos de segurança para uso por empregados;
- 19.18 Todos os funcionários deverão estar identificados com uniforme e crachá com o nome da CONTRATADA para circular dentro das unidades da Prefeitura;
- 19.19 Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.
- 19.20 Comunicar ao setor responsável por Contratos da PMCG, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

- 19.21 Fornecer ao setor responsável por Contratos da PMCG todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.22 Encaminhar qualquer solicitação à PMCG por intermédio do gestor do contrato.
- 19.23 Acatar a fiscalização, à orientação e ao gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pela PMCG.
- 19.24 A CONTRATADA será responsável pela guarda e transporte dos materiais e ferramentas utilizados pela mesma, independente se estes estão dentro das unidades da Prefeitura;
- 19.25 O transporte, distribuição, carga, descarga e movimentação dos dutos, equipamentos e outros insumos, serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser feitos com os cuidados necessários para evitar danos aos dutos e às outras instalações existentes.
- 19.26 A coordenação dos serviços e responsabilidade técnica deverá ser exercida pelo representante apresentado como responsável técnico pela licitante durante o certame licitatório. A licitante poderá solicitar a substituição do profissional mencionado, desde que devidamente justificado e que a substituição seja feita por pessoa de mesma capacitação.
- 19.27 O responsável técnico pela execução integral dos serviços deverá dispor de transporte adequado e telefone móvel celular para contatos normais e urgentes.
- 19.28 A contratada deverá cumprir junto a seus funcionários a serem designados como equipe técnica para esta contratação, com as normas técnicas do Ministério do Trabalho NR10 (procedimentos de segurança para trabalhadores em instalações elétricas) e NR35 (procedimentos de segurança para trabalhadores que atuem em alturas)

20 DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

- 20.1 A emissão de nota fiscal deverá ocorrer a partir do 30º (trigésimo) dia do início da prestação de serviço e as subseqüentes de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias.
- 20.2 Cada nota fiscal corresponderá a 1/12 do valor total do contrato.

21 DA GESTÃO DO CONTRATO

- 21.1 A Superintendência de Centro de Informações e Dados de Campos indicará servidor

Av. José Alves Azevedo, 278 - Centro / CEP: 28025-497

cidac@campos.rj.gov.br

(22) 98175-2116



para atuar como gestor do contrato.

Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 151
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	

22 DOS RESULTADOS ESPERADOS

- 22.1 Manter a conectividade nos órgãos atendidos pela Infovia Municipal, com segurança e confiabilidade, em uma rede estável e rápida, além da entrega de alta disponibilidade de velocidade nos links dedicados.

23 GARANTIA CONTRATUAL

- 23.1 Deverá ser exigida 5% (cinco por cento) de garantia contratual, por se tratar de serviço contínuo e de alta complexidade.

Campos dos Goytacazes, 30 de Setembro de 2021

José Vicente Alves Neto
Sub-secretário
CIDAC/SMARH/PMCG
Mat - 40.809

JOSÉ VICENTE ALVES NETO
Diretor de Sistemas e Inovação Tecnológica

WAINER TEIXEIRA DE CASTRO

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Wainer Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat - 40.283

ANEXO II – Mapa da Infovia Municipal Expansão

